

## **ALGUNS PROBLEMAS ATUAIS DA DEMOCRACIA**

Georges Labica\*\*

**P**ara não destoar numa publicação dedicada à violência, eu diria, sem me estender muito, que, ao analisarmos a democracia, situamo-nos no centro da questão da violência, na medida em que a violência só merece o estatuto de conceito sob a condição (mas há outras) de ser apreendida através de seu aspecto institucional. A violência mais presente e mais obstinada não é, de modo algum, a das “vias de fato”, a que tinge de sangue, mas aquela, silenciosa e sorrateira, que se mantém nas relações de poder, elas mesmas expressão das relações de força num determinado tempo e lugar.

A democracia é hoje objeto de um debate permanente. Além disso, esse debate, que traz à tona um conjunto de problemas diretamente ligado ao funcionamento democrático no plano da conjuntura de uma nova fase de desenvolvimento das relações de produção, é comum a um grande número de países e regiões do mundo, senão a todos. Quer se esteja em Paris, Londres, Buenos Aires, México, Havana ou Moscou, a despeito de notáveis diferenças, colocam-se questões semelhantes. A tal ponto que as disparidades, consideradas há algum tempo tão importantes e indicativas de especificidades irreduzíveis, encontram-se atenuadas. O próprio vocábulo o espelha: por toda a parte as mesmas palavras, contendo as mesmas significações.

De minha parte, limitar-me-ei a abordar o que conheço menos mal, ou seja o “Ocidente” e, mais especificamente, a França, seguindo o princípio de que cada um deve varrer diante de sua porta. Trata-se de algumas reflexões em torno da questão: o que há de novo no que diz respeito à democracia? Devo esclarecer que o caráter abertamente crítico da minha proposta não traduz, em absoluto, qualquer suspeição sobre o objeto. Ao contrário, ao apontar alguns riscos, meu objetivo é criar condições para uma renovação e, portanto, para novos avanços da democracia.

Uma primeira constatação impõe-se hoje. A globalização, não da democracia, mas da demanda democrática, manifesta-se nos quatro pontos cardeais, tanto ao norte

---

\* Devo à cordial insistência dos editores da revista *Tempo* - e em especial à Virgínia Fontes, a quem agradeço - poder publicar algumas reflexões que retomam o eixo esboçado em diversas ocasiões, numa série de palestras proferidas na Rússia, na Argentina, na Romênia, na Albânia, em Cuba e no Uruguai. Cada uma dessas discussões foi, para mim, muito enriquecedora.  
[Tradução: Thomas Saboga]

\*\* Professeur Émérite des Universités, Diretor Honorário de Pesquisas no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS). Autor de *As ‘Teses sobre Feuerbach’ de K. Marx*. Rio, Zahar, 1990 e de *Engels, savant et révolutionnaire*, Paris, PUF, (no prelo)

como ao sul, tanto a oeste como a leste, evidentemente sob formas e em situações diversas. Essa demanda se baseia, ao mesmo tempo, na evolução das democracias mais antigas, no fim da maior parte das ditaduras do Terceiro Mundo e no desmoronamento do socialismo “real”. Ela é parte da nossa modernidade. Pensemos na queda do muro de Berlim e no seu valor simbólico, brutalmente resumido no dilema: “ou bem socialismo, ou bem bananas”. Essa frase me faz lembrar o comentário de um amigo meu argelino: “Finalmente temos a prova de que o socialismo existe entre nós.” Quando eu perguntei - “Que prova?”-, ele me respondeu: “Ora, as bananas estão em falta no mercado”. Algo análogo ocorreu, no início do que se convencionou chamar o “desmoronamento”. A maneira como os habitantes dos países do Leste percebiam o futuro que lhes era destinado estava repleta de ilusões. Este foi o caso dos albaneses que saíram de seu país, freqüentemente em condições das mais precárias, para se refugiar na Itália ou na França. Quando se lhes perguntava o que tinham vindo procurar, estava claro em seu espírito: eles concebiam a democracia através de “Dallas” ou de outros seriados americanos, com mansões e piscinas, do tipo Flórida, com mulheres magníficas, dinheiro, carros, etc. Desnecessário dizer que os poucos anos transcorridos os levaram ao desencanto. Eu próprio vivenciei essa experiência, quando estive na Rússia à época da primeira eleição presidencial, para debater a democracia com colegas e estudantes em grandes anfiteatros. Eu tentava lhes explicar que sua imagem idealizada das democracias ocidentais, objeto de sua ambição, possivelmente correspondia tão pouco à realidade quanto a caricatura inteiramente negativa sob a qual haviam sido apresentados, durante décadas, seus regimes “socialistas”. Escutavam-me com muita cortesia, mas não me acreditavam, considerando que minhas proposições eram as de um privilegiado excessivamente exigente ou de um destruidor de sonhos.

Uma outra questão: a mundialização da reivindicação democrática corresponde estritamente à mundialização do mercado? Poder-se-ia, a princípio, responder afirmativamente, constatando-se pelo menos uma coincidência. O mercado parece supor a forma política da democracia. Eles se condicionariam reciprocamente. Nós sabemos, entretanto - como se vê, por exemplo, na China -, que o mercado pode ser compatível com um poder autoritário. A democracia, além disso, não poderia ser reduzida a procedimentos adotados de um dia para o outro; ela é o resultado de tradições e de práticas largamente fundadas em lutas sociais. Será que o fato de, historicamente, a democracia ter-se imposto como o regime mais eficaz - e, portanto, o melhor adaptado ao mercado e ao capital -, de capitalismo e democracia terem sido confundidos, não teria consequências sobre as formas e o conteúdo dos regimes democráticos existentes e sobre a demanda democrática mundializada? Não vemos que o liberalismo, “selvagem” ou não, longe de estimular a democracia, suscita, por toda a parte, naqueles que podem ser perfeitamente chamados de os derrotados do mercado, réplicas de cunho nacionalista, etnicista e religioso? E que o contrato social, que inicia, à esquerda, uma nova carreira, permanece de fato uma transposição política do contrato mercantil?

Não se pode então abrir mão de um retorno ao próprio conceito de democracia, abandonando de início a expressão - que faz sucesso hoje em dia, e não apenas na grande imprensa - de democracia *tout court*. A democracia *tout court* não é encontrável em teoria política. Ela só expressa, na melhor das hipóteses, a recusa em interrogar o conceito e, na pior, a assimilação à sua forma e acepção burguesas. Convém notar, entretanto, como alguns traços característicos de toda democracia, que constituem uma espécie de denominador comum, se acentuaram. Tomemos, por exemplo, a noção de exclusão, tão freqüentemente evocada como um fenômeno novo. Tal ou qual forma é sem dúvida nova, mas nunca houve democracia que não tenha funcionado pela exclusão,

desde os gregos até nossos dias. O pretense “modelo grego” fundava-se sobre uma concepção elitista da cidadania, que excluía a maioria da população — os estrangeiros (metecos), os escravos e, sem dúvida, as mulheres. Nossas democracias são seguramente mais avançadas, mas continuam excludentes. Na França, só muito tardiamente, há apenas 50 anos, o direito de voto foi concedido às mulheres e os trabalhadores imigrantes, a despeito das promessas, ainda não obtiveram o direito a uma expressão eleitoral, mesmo se limitada.

Aliás, outro traço permanente da democracia manifesta-se ainda de maneira aberta e mesmo brutal. Refiro-me à sua fragilidade. Toda democracia é frágil, em virtude da regra segundo a qual, num regime democrático, as forças políticas e sociais hostis à democracia têm todo espaço para utilizar os procedimentos democráticos visando o poder. Viu-se, no passado, com o regime nazista. Viu-se, recentemente, na Argélia, onde o processo democrático foi interrompido porque a democracia nascente se encontrava ameaçada pelos procedimentos que permitiam a chegada ao poder de forças declaradamente anti-democráticas. Em alguns países, como a França ou a Itália, o desenvolvimento de correntes políticas e ideológicas hostis à democracia representa um perigo real, como as eleições italianas o mostraram, há pouco tempo. E o que dizer da Rússia de Yeltsin, à qual as potências ocidentais teimam em atribuir um certificado de democracia, acompanhado de empréstimos de um montante considerável e sem controle? Sabe-se, de resto, que a burguesia não hesita em recorrer ao fascismo, quando se sente ameaçada. Por outro lado, não há democracia que não seja incompleta. Na época da comemoração do bicentenário da Revolução Francesa, um autor, posteriormente elevado à Academia, Jean-Denis Bredin, dedicou uma página inteira do jornal *Le Monde* a um inventário do que faltava atingir em cada uma das categorias da célebre divisa “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. A lista era impressionante, o autor dizia que havia ainda muita coisa a lembrar, mas ele próprio não fazia nenhuma alusão às classes sociais.

Não será próprio de toda democracia nunca acabar seu programa, nunca chegar ao fim das aspirações que ela nutre? Além disso, não serão as democracias manipuláveis e manipuladas? Nas democracias melhor realizadas, até mesmo nas exemplares, os procedimentos de voto — título de eleitor e natureza dos escrutínios — dependem de questionamentos ou de duras batalhas. A tripla ruptura somente se agrava: entre os eleitores e seus representantes, entre Poder Legislativo e Poder Executivo e pelo aumento da autonomia do Executivo. O presidencialismo de numerosas Constituições tende a aproximar a democracia da monarquia. O presidente da República francesa dispõe de fato, e mesmo seus partidários o admitem, de mais poderes do que muitos de seus predecessores monarcas. O ex-presidente François Mitterrand - para quem a República, de forma indecente, realizou cerimônia fúnebre internacional na igreja de Notre-Dame - era familiarmente denominado “Deus”. Compreende-se que a Constituição da V República tenha muito rapidamente suscitado a admiração dos democratas neófitos dos ex-países socialistas. Mesmo fora das consultas eleitorais, as declarações dos personagens políticos de mais alto nível não cessam de requestrar a palavra de ordem da “luta contra as desigualdades” e da “redução das desigualdades”. Tal cantilena não leva a crer que essas desigualdades são irredutíveis e se renovam constantemente? De fato, os regimes democráticos são “desigualitários” e criadores de desigualdades, a tal ponto que alguns cientistas políticos não hesitam mais em justificá-las, denunciando as “utopias igualitárias” e opondo-lhes o princípio da equidade. Ora, há muitas razões para crer que as desigualdades só aumentaram e que o final do século XX nada fica a dever, nesse aspecto, ao século XIX. A mercantilização generalizada, que

dissimula sua anarquia sob as pretensas “leis do mercado” e só obedece à maximização do lucro, acomoda-se ao fato de que indivíduos, reduzidos à preocupação única de sobreviver, vendam seus órgãos e às vezes até mesmo seus filhos. A rentabilidade do comércio de drogas é, a bem da verdade, nitidamente superior à do cobre ou dos cereais.

Minha terceira reflexão aborda a noção de “modelo”. Pode-se falar de democracias-modelo ou de um modelo de democracia? As democracias denominadas avançadas - que se oferecem como exemplo aos países, nações ou grupos políticos que aspiram à democracia ou que exprimem uma demanda democrática - têm condições de pretender esse papel? São regimes definidos pelo direito. Ora, o discurso do direito é o discurso tradicional da ideologia dominante, na medida em que o direito, mesmo se ele não se reduz a isso, representa antes de tudo a auto-legitimação da classe no poder. Esse discurso tomou, sob os nossos olhos, uma importância extrema. Ele experimenta uma verdadeira inflação, pelo canal de expressões como “Estado de direito”, “Direitos do Homem”, “direito internacional”, etc. Aqui residiria a base do “modelo”. Infelizmente as coisas não são tão claras assim. A noção de “Estado de direito” foi forjada no século passado, na Alemanha. O *Staatsreich*, que designava o Estado prussiano, não continha, entretanto, nada de muito democrático. Nos anos 70 deste século, o termo experimentou um relativo sucesso, pois servia essencialmente ao poderio dos Estados Unidos em sua luta ideológica contra o “mundo socialista”.

Atualmente, a aspiração ao Estado de direito, no nível dos sentimentos e das vontades continua plena de sentido, mas está magra de conteúdo. Todo Estado, como já o havia notado Hans Kelson, é historicamente um Estado de direito, qualquer que seja esse direito. Seria melhor falar de Estado de lei. Isso vale também a propósito dos Direitos do Homem. Naturalmente eles são objeto de unanimidade e é legítimo defendê-los. No entanto, estariam aptos a servir de instrumento de medida, tal como é preconizado, especialmente nas relações entre a Comunidade Europeia e os países em desenvolvimento, para avaliar o nível democrático atingido por tal ou qual nação, tornando-se a pré-condição da ajuda a ser dada? Quem decidirá sobre esta medida, ou ainda em função de que interesses e de que relação de forças? O respeito aos Direitos do Homem, em escala planetária, por aqueles mesmos que o proclamam, realmente não oferece nada de exemplar. Pensemos nas recentes aventuras dos Estados Unidos no Panamá, na Nicarágua, em Granada ou na guerra do Golfo, considerada como instauradora da “nova ordem mundial”, mas que não passa da ancestral lei do mais forte.

Há ainda outro fenômeno que se desenvolve consideravelmente no âmbito do discurso do direito e da “juridicização” das relações sociais. Nos Estados Unidos e nos países anglo-saxões, a “juridicização” é uma tradição. Nos países europeus, ela tomou uma forma nova, considerando-se a multiplicidade de fontes de normatividade, ao mesmo tempo nacionais e supra-nacionais. Ora, se admitimos que na democracia, a fonte da lei, da qual deriva o direito, é a vontade geral ou, em outros termos, a soberania popular, os conflitos não tardarão. Tomemos como exemplo a criação, no contexto da V República francesa, do Conselho Constitucional. Eis uma instância que enuncia o direito, sem receber sanção da vontade geral e sem consultar a Assembléia Nacional. Numa escala mais ampla, dessa feita com a Comunidade Europeia, as fontes da normatividade encontram-se nas mãos de grupos tecnocráticos sobre os quais as nações não dispõem

de nenhum controle. E não se trata somente da adoção de faróis brancos<sup>1</sup> para os veículos, mas igualmente das decisões econômicas. A única legitimidade dessas instâncias deriva de sua aceitação por um tratado entre as potências associadas, e de forma alguma de uma eleição. Um Parlamento, como o Parlamento de Estrasburgo, não enuncia nem o direito nem a lei. A lei acontece alhures, no Conselho das Comunidades ou na Corte de Justiça, a qual faz ratificar decisões que ela própria toma para o conjunto dos países-membros, pelo Conselho dos Ministros da Comunidade. Não pretendo julgar o caráter progressista ou não das disposições adotadas, mas destacar que a gestão das relações sociais capitalistas escapa cada vez mais às nações, embora seja com nações, ou com Estados-nações, que nos relacionaremos durante um período ainda longo. A democracia se encontra ferida em sua própria natureza.

Em que se transforma, então, a cidadania? É inerente ao regime democrático desenvolver-se, aprofundar-se sem cessar, inventando novos direitos. Se estanca, se auto-destrói. Ora, a burguesia soube bloquear o processo democrático, sempre que o julgou necessário, como por exemplo, na França, em 1794, 1848 ou 1871. Os procedimentos democráticos, freqüentemente atribuídos à modernidade, derivam sobretudo de uma espécie de colagem trazida da Grécia antiga, assim como o discurso do direito é amplamente alimentado pelo direito romano.

Vejam os outros fenômenos tornados massivos em nossas democracias-modelo: a exclusão específica que é a “exclusão política”, ou despolitização, caracterizada por uma abstenção considerável nas consultas eleitorais. Ela é uma auto-exclusão, pois os possuidores da qualidade de cidadãos num dado país recusam-se a exercer precisamente o primeiro de seus direitos. Todo o mundo sabe que o chefe do Estado mais poderoso do planeta é eleito por pouco mais de 30 % do corpo eleitoral. Na França, alguns escrutínios chegaram a taxas de 60 a 65% de abstenções. Os analistas, com razão, consideram o fato de as pessoas preferirem pescar em vez de votar e se desinteressarem das questões públicas uma perversão da democracia. Atitude, nesse sentido, moralmente condenável. Mas não se poderia pensar que, através de uma tal auto-exclusão, os cidadãos manifestam sua condenação a um sistema que lhes destina à passividade e os torna cidadãos intermitentes? Pois ninguém é de fato cidadão no cotidiano, mas apenas na ocasião dos calendários políticos. E a cidadania pára na porta das fábricas, e a “mídiocracia” reconhece apenas consumidores e não produtores. É assim, parece-me, que deve ser compreendida a proposição de Lukacs, em seu livro inacabado de 1968, intitulado *Democratizar hoje e amanhã*, segundo a qual — e eu me limito a resumir sua conclusão — a democracia de tipo ocidental é tão pouco uma alternativa ao stalinismo quanto o stalinismo seria uma alternativa à democracia burguesa. Em outras palavras, quaisquer que sejam as nuances e até as contradições freqüentemente apontadas, num caso como no outro, a essência da democracia se encontra ocultada. Será preciso acrescentar que não se trata, de forma alguma, de “limpar” ditaduras<sup>2</sup> ou de proceder a amálgamas cínicas? A maioria dos países da América Latina sabe melhor que ninguém o ganho de liberdade que representou a passagem das ditaduras aos regimes democráticos. No entanto, esses regimes ainda estão longe de poder pretender a alguma essência ideal.

---

<sup>1</sup> A França havia adotado como norma de trânsito o uso de faróis amarelos pois, apesar de mais caros, ofereciam uma segurança adicional: menor índice de ofuscamento. O custo mais baixo dos faróis brancos levou a Comunidade Européia a liberá-los em todo o território (N. do T.).

<sup>2</sup> O autor faz um jogo de palavras com a expressão “lavagem de dinheiro”, de uso corrente para designar as operações bancárias do narcotráfico (N. do T.).

Assim, somos conduzidos a um último comentário. Podemos nos satisfazer com esse reino de finais, anunciados com grande estardalhaço, de ideologias, utopias e da própria história, reino que afirma o triunfo definitivo do capitalismo, na confusão mercado-democracia? Devemos nos resignar às desigualdades e às crescentes exclusões de uma sociedade “em duas velocidades”<sup>3</sup>? Ou devemos tentar achar as possibilidades de uma alternativa, libertando a crítica dos procedimentos alienantes e permitindo o aprofundamento da democracia? Se retorno à minha proposta de início, a mundialização da demanda democrática, quaisquer que sejam os países, as nações ou as forças sociais que a formulem, é desejável partir de um desenvolvimento e de uma cultura dados para saber o que queremos e podemos fazer, para além da ilusão dos ditos “modelos”.

Em poucas palavras, eu diria que é preciso libertar a sociedade civil, em toda parte encarcerada pelo Estado e submetida a seus fins. O cidadão, reduzido ao papel de espectador, é privado da fala, quando não está inserido em estruturas que lhe forneçam meios políticos, financeiros e acesso à mídia. A “classe política”, como já dizia Gaetano Mosca, que não é outra senão a *ruling class*, no sentido de C. Wright Mills, confiscou seus poderes, substituindo-o e manipulando-o. Frente a e contra a “teoria das elites” - para a qual todo poder, inclusive o democrático, é necessariamente oligárquico, mas que expressa apenas o medo dos dominantes perante as lutas sociais - não se pode temer reabilitar as noções, propositalmente desqualificadas, de povo, massa e de maioria. Não é verdade que o povo ou a massa sejam assimiláveis a elementos inertes, ignorantes ou cúmplices. O povo é soberano, fonte da lei, como bem o perceberam os revolucionários de 1789. As massas fazem a história, como o dizia Marx. Elas não são nem responsáveis, nem culpada pelos malefícios e pelos crimes dos que as governam, por usurpação de seu poder. E não poderia existir democracia sem maioria ativa e dispoendo livremente de meios para sua atividade. Conseqüentemente, toda a atenção deve ser dada às formas de resistência surgidas da sociedade civil, pois ela produz seus próprios anti-corpos. Limitemo-nos a evocar esses movimentos que, à sua maneira e não sem contradições, esboçam, pelas suas práticas, uma exigência democrática *outra* e uma outra visão política: os movimentos associativos, os movimentos de defesa da natureza e do meio ambiente, os movimentos de jovens, os movimentos anti-racistas, os movimentos pela paz, os movimentos contra a energia nuclear, reservando sem dúvida um lugar à parte no mais radical dentre eles, o movimento das mulheres, cuja determinação contestatória se revelou, em algumas circunstâncias, freqüentemente bem superior à dos homens. Todos esses movimentos caminham na direção do cerne da democracia e da cidadania, isto é, a igualdade. Não aquela dos quartéis ou do nivelamento, mas a do respeito das diferenças e do exercício da responsabilidade. Não esqueçamos que o positivo das democracias, no plano histórico, foi conquistado pelos movimentos sociais e o será no futuro pelas novas formas assumidas pela luta de classes - denegrida, sem dúvida, mas nem por isso menos presente. Os grandes movimentos sociais de dezembro de 1995 na França - que, a despeito das elocubrações politológicas, só podem ser compreendidos como a primeira manifestação de massa contra as políticas neoliberais - vêm atestá-lo brutalmente. Não se pode subestimar a pesada tendência, prevalecente nas democracias mais antigas e mais desenvolvidas, ao questionamento das conquistas sociais aparentemente mais seguras, tais como o direito ao trabalho, o seguro social ou o acesso à educação, dentre outros, sob efeito de um

---

<sup>3</sup>Expressão corrente francesa que designa sociedades duais, nas quais os grupos e classes sociais mantêm cada vez menos contato e a mobilidade social reduz-se drasticamente (N. do T).

desemprego, doravante estrutural e da degradação das condições de emprego, com o regime do tempo parcial atingindo principalmente as mulheres e os jovens.

Enfim, na crise geral, que agrava a patologia da democracia, é preciso levar em consideração um último (mas a lista não é exaustiva) parâmetro inédito. A globalização das atividades econômicas e sobretudo financeiras, sob o controle de algumas centenas de “gerentes” com poder internacional, não provoca somente o enfraquecimento dos meios estatais, mas tende a subordinar o político e o social à economia, os Estados assegurando apenas, *volens nolens*<sup>4</sup>, os ajustes ditados do exterior. A “mão invisível” virou punho de ferro. Os *diktats* do FMI e do Banco Mundial dispõem, da maneira mais autoritária possível, do destino de povos inteiros, sejam eles “desenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, e condenam numerosas nações, particularmente no continente africano, a uma miséria e uma morte deliberadamente programadas. A classe política, coadjuvante dos enormes fluxos especulativos que lhe escapam largamente, encobre sua impotência frente à opinião pública com um discurso anestesiante que invoca as “fatalidades” do mercado e da competição mundial. O produtivismo desenfreado, longe de tornar possível, pela primeira vez na história, o bem-estar da humanidade, aumenta incessantemente as desigualdades entre indivíduos, grupos e nações. As palavras mágicas, agora rituais, dos governos e dos economistas - com suas promessas sobre os benefícios sempre “futuros” da “retomada” e do “crescimento econômico” - em nada podem modificar a constatação de que o crescimento das riquezas provoca o crescimento da pobreza. O Sul está no Norte e o Norte no Sul. Bastaria essa monstruosa contradição para impor o caminho de uma verdadeira revolução nas mentalidades, de uma nova racionalidade política, capaz de assegurar à democracia uma extensão sem precedentes.

*[Recebido para publicação em fevereiro de 1996]*

---

<sup>4</sup>Expressão latina que significa “não querer querendo” (N. do T.).